



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Prefeito

LEI Nº. 3.739, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009.

Autoriza o Poder Executivo a determinar aos agentes sanitários a entrada em imóveis fechados ou abandonados e dá outras providências.

O povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os proprietários, possuidores ou responsáveis, a qualquer título, pelos estabelecimentos, obras ou atividades de indústria, comércio e prestação de serviços, de qualquer natureza, deverão efetuar a proteção e limpeza dos locais propícios ao acúmulo de sólidos orgânicos ou inorgânicos, tais como embalagens, lixo, entulho, sucatas, pneus e restos de alimentos, bem como dos locais propícios ao acúmulo de água, tais como reservatórios, lajes, calhas, de forma a se evitar a proliferação e o desenvolvimento dos vetores, doenças infecto-contagiosas e de zoonoses.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, aos proprietários, possuidores ou responsáveis, a qualquer título, pelos imóveis residenciais, áreas não-edificadas e lotes vagos neste município, as disposições e medidas a que se refere esta Lei.

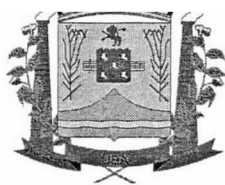
Art. 2º. A fiscalização municipal realizará periodicamente vistorias nos imóveis a fim de verificar o cumprimento e a adoção das medidas indicadas nesta Lei.

Art. 3º. Os proprietários, possuidores ou responsáveis, a qualquer título, pelos estabelecimentos, obras ou atividades de indústria, comércio e prestação de serviços, de qualquer natureza, e os proprietários, possuidores ou responsáveis, a qualquer título, de imóveis residenciais, áreas não-edificadas e lotes vagos neste município deverão franquear o acesso dos Agentes Públicos Municipais, devidamente identificados, responsáveis pelo combate de vetores, doenças infecto-contagiosas e de zoonoses, sempre houver a solicitação destes.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar aos agentes sanitários envolvidos no combate de vetores, doenças infecto-contagiosas e de zoonoses a entrar nas áreas não-edificadas e lotes vagos neste município, especialmente aqueles em estado de abandono ou nas situações em que há comprovada dificuldade de estabelecer contato com os proprietários, mesmo que os imóveis se encontrem fechados.

Art. 5º. Nos imóveis residenciais fechados, em aparente estado de abandono, ou onde houver resistência do morador ao acesso dos Agentes Públicos, o ingresso no imóvel se dará mediante determinação judicial, nos termos do artigo 5º, XI, da Constituição Federal.

§ 1º. Os Agentes Públicos envolvidos deverão relatar as dificuldades encontradas, quando não franqueado o ingresso em imóveis residenciais, com a descrição pormenorizada do endereço do imóvel, nome e endereço do possível proprietário ou possuidor, a situação do imóvel e a caracterização da situação de risco, fazendo juntar, se possível, o levantamento fotográfico do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Prefeito

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde promoverá a abertura de processo administrativo, devidamente autuado e numerado, onde constarão todas as notificações e diligências realizadas na tentativa de ingresso no imóvel, no caso de resistência, ou para a localização do proprietário ou possuidor do imóvel residencial fechado ou em aparente estado de abandono.

§ 3º. Comprovada documentalmente a impossibilidade de ingresso no imóvel residencial, por resistência do morador, ou ainda, a impossibilidade de localização do proprietário ou possuidor do imóvel residencial fechado ou em aparente estado de abandono, obedecidos os prazos legais referentes ao contraditório e ampla defesa, os autos do processo administrativo serão enviados à Procuradoria e Consultoria Jurídica do Município para que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Art. 6º. Aos Agentes Públicos credenciados compete:

I - efetuar vistorias, levantamentos e avaliações;

II - verificar a ocorrência de infração;

III - determinar as providências a serem adotadas para solucionar os problemas identificados;

IV - elaborar relatórios de vistorias e lavrar autos de fiscalização e, se for o caso, de infração, fornecendo cópia ao autuado;

V - orientar e, se for o caso, advertir os infratores, notificando-os para cessar as irregularidades, observando-se o seguinte:

a) constatadas as situações de insalubridade dos imóveis ou a negligência de seus proprietários, ocupantes ou responsáveis, a que se refere ao artigo 1º, será lavrado o auto de fiscalização, em que se consignará o prazo mínimo de vinte e quatro (24) horas e máximo de setenta e duas (72) horas para tomada de providências necessárias, visando sanar os problemas e corrigir as irregularidades apontadas pela fiscalização, sob pena de imposição das penalidades cabíveis;

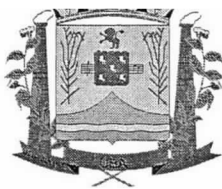
b) quando as providências ou medidas exigíveis tiverem sido cumpridas no prazo assinalado, os documentos fiscais serão arquivados mediante despacho da autoridade competente, dispensando-se da formação de processo administrativo;

c) esgotado o prazo concedido, em sendo constatada a omissão ou negligência relativa às providências e medidas assinaladas no auto de fiscalização, conforme alínea "a" supra, serão imediatamente lavrados os autos de fiscalização e infração referentes ao descumprimento;

d) além da aplicação das penalidades cabíveis, a administração Municipal atuará de forma efetiva, adotando as medidas necessárias para cessar os problemas identificados pela fiscalização, com ônus para o infrator.

Art. 7º. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente:

I - interdição temporária de estabelecimentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Prefeito

II - suspensão de atividades;

III - cassação de alvará;

IV - multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 800,00 (oitocentos reais).

§ 1º. Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro.

§ 2º. Considera-se reincidência a repetição de infração ao disposto nos artigos 1º e 3º desta Lei.

§ 3º. A arrecadação proveniente das multas referidas no artigo 6º, IV, desta Lei, será destinada integralmente, ao Fundo Municipal de Saúde, para as ações de controle e combate à Dengue.

§ 4º. Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo estabelecido no artigo 6º, V, "a" desta Lei.

Art. 8º. Quando se tornar necessário o arrombamento de portas e portões a municipalidade arcará com o custo imediato do conserto, devendo tomar as providências cabíveis para o ressarcimento pelo proprietário, possuidor ou responsável.

Art. 9º. A entrada nos imóveis descritos nesta lei se fará, quando necessário, com acompanhamento de Agente Policial, requisitado pela autoridade sanitária.

Art. 10. A fiscalização das disposições contidas nesta lei e a aplicação das penalidades nela previstas compete à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 11. O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 20 de fevereiro de 2009.

EDVALDO BAIÃO ALBINO
(Vadinho Baião)
Prefeito de Ubá